

Artigo de Pesquisa.**AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO****Family Farming in Rondônia: Production and Circulation**Tiago Roberto Silva Santos ¹

¹ Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, Instituto Federal de Rondônia, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Rondônia, Brasil. E-mail tiago.santos@ifro.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7771-5210>

Recebido em (05/10/2023) e aceito em (02/12/2023).

RESUMO: O contexto envolvendo a formação socioespacial de Rondônia, resultante sobretudo das políticas de expansão sobre a Amazônia, sob o pretexto de integração regional às demais regiões do país, impulsionaram os fluxos migratórios de agricultores familiares de diversos lugares do país, em busca de serem assentados. Como resultado dos projetos de colonização implantados em Rondônia, há o predomínio da agricultura familiar como ocupante do campo rondoniense e importante agente produtor do espaço regional. Tomando por base este contexto, buscamos, neste trabalho, evidenciar a atuação da agricultura familiar rondoniense no desenvolvimento socioeconômico, através da sua cultura, que resulta na organização de circuitos espaciais de produção, para atendimento das demandas do mercado, sobretudo em quatro produtos principais: café, mandioca, leite e carne. O trabalho foi desenvolvido a partir de levantamento de dados secundários, além de levantamento bibliográfico sobre a temática. Como resultado, o que se tem é que, apesar da formação de uma *psicosfera* do agronegócio em Rondônia, a agricultura familiar se destaca como importante produtora de alimentos que fomentam a formação de circuitos espaciais de produção e a valorização regional.

Palavras-chave: Circuito Espacial de Produção; Café; Mandioca; Leite; Carne.

ABSTRACT: The context surrounding the socio-spatial formation of Rondonia, resulting mainly from expansion policies on the Amazon, under the pretext of regional integration with other regions of the country, has led to migratory flows of family farmers from different parts of the country, in search of land ownership. As a result of the colonization projects implemented in Rondonia, there is a predominance of family farming as an occupant of the Rondonia countryside and an important producing agent in the regional area. Based on this context, we tried to elucidate the role of family farming in Rondonia in socioeconomic development, through its culture, which results in the organization of spatial production circuits, to meet market demands, especially in four main products: coffee, cassava, milk and meat. The work was done based on secondary data collection, in addition to bibliographical research on the topic. As a result, what we have is that, despite the formation of an agribusiness psychosphere in Rondonia, family farming stands out as an important food producer that encourages the formation of spatial circuits of production and regional appreciation.

Keywords: Spatial circuit of production ; Coffee; Cassava; Milk; Meat.

RESUMEN: El contexto que rodea la formación socio espacial de Rondônia, resultante principalmente de políticas de expansión en la Amazonía, bajo el pretexto de la integración regional con otras regiones del país, ha impulsado los flujos migratorios de agricultores familiares de diversas regiones del país en búsqueda de ser asentado. Como resultado de los proyectos de colonización implementados en Rondônia, la agricultura familiar predomina como ocupante del campo rondoniense y desempeña un

papel importante como agente en la producción del espacio regional. Basándonos en este contexto, en este trabajo buscamos destacar la contribución de la agricultura familiar en Rondônia al desarrollo socioeconómico a través de su cultura, que se convierte en la organización de circuitos espaciales de producción para atender las demandas del mercado, especialmente en cuatro productos principales: café, yuca, leche y carne. El trabajo se llevó a cabo mediante la recolección de datos secundarios, además de la revisión bibliográfica sobre el tema. Como resultado, se destaca que, a pesar de la formación de una atmósfera psíquica de agronegocios en Rondônia, la agricultura familiar se destaca como un importante productor de alimentos que fomenta la formación de circuitos espaciales de producción y la valorización regional.

Palabras clave: Circuito Espacial de Producción; Café; Yuca; Leche; Carne.

INTRODUÇÃO

No decorrer da década de 1970, o Governo Federal implantou na Amazônia um projeto de integração nacional, que resultou em projetos de infraestrutura e colonização da região, com fundação de estradas e assentamentos de agricultores, oriundos de diversas regiões do país (COSTA SILVA, 2012). A partir desses projetos, sobretudo em Rondônia, que é o foco deste trabalho, milhares de famílias migraram para ocupar tais espaços e possuir acesso à terra, prometida e divulgada no restante do país.

Diante de tal cenário, configurou-se em Rondônia uma nova área de expansão agropecuária, com abertura da floresta para integração à lógica do mercado (COSTA SILVA, 2014b). À época, foram destinadas terras para diversos tipos de atividades, para a formação de grandes, médios e pequenos estabelecimentos, sendo estes últimos a maioria, para o assentamento dos agricultores familiares.

Tratamos da agricultura familiar como categoria de análise do espaço rural, que a partir da atuação em seus estabelecimentos, promovem a sua reprodução social, tendo a terra como espaço de vida e de trabalho (WANDERLEY, 2000). Este agricultor familiar rondoniense, tem demonstrado a capacidade de especializar-se e adotar inovações técnicas para a produção, fomentando a formação de circuitos espaciais de produção. Assim, questionamos: Como se dá o contexto de formação das territorialidades da agricultura familiar em Rondônia? Como a agricultura familiar contribui na formação socioespacial a partir de atividades que compõem importantes circuitos espaciais de produção?

Compreendido esse contexto e os questionamentos levantados, buscamos com este trabalho evidenciar a atuação da agricultura familiar rondoniense no desenvolvimento socioeconômico, através da sua produção, que resulta na organização de circuitos espaciais de produção, para atendimento das demandas do mercado, sobretudo em relação a produção de café, mandioca, pecuária de corte e leite. Assim, este texto possui importância acadêmica, por contribuir com o debate em torno da efetividade da agricultura familiar no uso do território através de sua produção, que acaba por fomentar a criação de circuitos espaciais de produção, efetivados através de fluxos materiais e imateriais, possibilitando a circulação dessa produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

O desenvolvimento do trabalho se dá em uma perspectiva crítica em torno da realidade, tomando como metodologia a análise quali-quantitativa, onde dados e teoria se complementam na concepção das conclusões obtidas (MINAYO, 1997). Portanto, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a formação socioespacial de Rondônia e as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar, bem como um levantamento de dados para confirmação desses, para posteriormente contribuir com os resultados obtidos.

Desta pesquisa, apresentamos como resultado a compreensão de que, apesar do discurso centralizador do agronegócio em Rondônia, a agricultura familiar, através de sua diversidade, consegue fomentar a formação de importantes circuitos espaciais de produção, que incorporam ao espaço novos objetos técnicos e agentes, além do envolvimento de instituições públicas e privadas na formação de círculos de cooperação da atividade (SANTOS, 2021a).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Agricultura Familiar como categoria de análise do espaço rural e o contexto da formação socioespacial de Rondônia

A concepção sobre a organização do espaço é o escopo da ciência geográfica, em que a partir da construção e organização técnica no decorrer da história, este espaço se transforma, em uma relação conjunta de objetos e ações (SANTOS, 2014). O espaço rural, pode ser entendido como um espaço com conteúdo característico das relações socioeconômicas e culturais exercidas em seu contexto, sem considerar apenas a condição setorial da atividade agropecuária, apesar desta ser a principal forma de uso do território (KAGEYAMA, 2008). Além disso, o espaço rural é “uma construção de valores e modos de vida no espaço e, também, um processo histórico” (SANTOS; HESPANHOL, 2013).

Portanto, a partir das percepções de espaço geográfico e espaço rural apresentados, entendemos este como um meio em que predominam objetos com formas-conteúdo para atendimento das demandas no decorrer do tempo. Neste sentido, com a transição para um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014), o espaço rural também se adequa as inovações técnicas, cada vez mais conectado aos centros urbanos, em uma relação de complementaridade.

A construção deste espaço rural é regida por uma diversidade de agentes que o ocupam e utilizam conforme seus interesses e necessidades. Para a agricultura familiar, este não é o *locus* da produção agropecuária, mas o lugar de vida, de trabalho e de reprodução social (WANDERLEY, 2000).

A concepção teórica em torno da agricultura familiar como categoria de análise, é fruto de um contexto de lutas e ações que reconhecem sua efetividade na forma de ocupação e uso do espaço, e que historicamente no Brasil, sempre foi colocada em segundo plano, diante da organização do espaço rural baseado em uma modernização conservadora, priorizando a produção não-familiar (OLIVEIRA, BACARIN, FERREIRA, 2015).

A organização política da elite agrária brasileira, historicamente tentou desconsiderar o reconhecimento da agricultura familiar como agente do espaço rural brasileiro, porém, a partir da atuação de organizações sindicais, movimentos sociais e da academia na década de 1980, a importância e relevância da agricultura familiar vêm à tona, refletindo na formulação de políticas públicas específicas na década de 1990 (SCHNEIDER; CASSOL, 2013; OLIVEIRA; BACARIN; FERREIRA, 2015; FOSSÁ; RENK, 2021), e que em 2006 culminou com a Lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, definindo as condições legais para seu enquadramento no art. 3º, onde os estabelecimentos devem ser menores do que 4 módulos fiscais, utilize a mão de obra familiar e tenha grande parte da renda obtida através do próprio estabelecimento (BRASIL, 2006).

A concepção legal em torno da definição de agricultura familiar representa grande avanço para o reconhecimento e valorização deste grupo agente do campo brasileiro, pois representa sua visibilidade diante da necessidade de políticas públicas específicas para o desenvolvimento rural e atuação em seus pequenos estabelecimentos, que correspondem uma média nacional de 20,75 hectares por estabelecimento, conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Alguns pesquisadores defendem a ideia de que todas as atividades baseadas na agropecuária devem ser consideradas parte do agronegócio, como uma definição totalizante e sem identificar as especificidades daqueles que produzem, a exemplo de Gonçalves (2004) e Contini *et al* (2006), apenas para citar alguns. Porém, defendemos justamente o oposto, acompanhando o posicionamento de Hespanhol e Costa (2002), Wanderley (2000), Costa Silva, 2016 e Santos (2021b), também para citar alguns poucos, em que todos consideram primordial a distinção conceitual entre o agronegócio latifundiário produtor de commodities e o agricultura familiar, que além de se adequar às demandas do mercado, também tem suas próprias dinâmicas de organização socioeconômica-produtiva.

A diferenciação conceitual que paira sobre este processo, indica que a agricultura familiar como categoria de análise do espaço, se trata de um grupo que exercem atividades em seu território com íntima vinculação entre a terra, o trabalho e a família (HESPANHOL; COSTA, 2002), diferenciando-se do agronegócio latifundiário, que tem a terra como forma de extração de renda (OLIVEIRA, 2007).

Partindo portanto da concepção teórica de uma agricultura familiar que faz o uso do território não apenas para produção agropecuária, mas também como forma de reprodução social e desenvolvimento do espaço rural, abordaremos neste tópico sua relevância posteriormente a implantação do projeto de colonização dirigida em Rondônia.

O contexto da formação socioespacial de Rondônia conta com 4 fases em sua ocupação/formação, conforme aponta Ferreira (2012): 1) entre os séculos XVII e XVIII, com a procura de ouro e as frentes colonizadoras dos Bandeirantes (São Paulo) e Missionárias (Belém), deixando rastros da ocupação e territorialização, como o Forte Príncipe da Beira, no vale do Guaporé; 2) Extração de látex no início do século XX, com forte migração e o início da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e que resultou na formação de cidades como Porto Velho e Guajará-Mirim,

além de vilas ao longo de sua extensão e um segundo ciclo, em meados do século XX, para atender demanda por borracha, devido à Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, a autora destaca também a instalação da linha telegráfica de Marechal Rondon, entre 1907 e 1915, abrindo uma picada em meio à floresta e ligando Porto Velho a Cuiabá; 3) A terceira fase corresponde ao ciclo da mineração e da agropecuária, cuja descoberta de cassiterita, na década de 1950, atraiu fluxo de migrantes para atuarem na extração, exigindo a instalação de infraestrutura para escoamento da produção, resultando na rodovia BR-364, e 4) Por fim, a partir dos anos 1970, o Incra desenvolve projetos de colonização para ocupação e desenvolvimento da prática agropecuária (FERREIRA, 2012).

Costa Silva (2012) aponta que “nesse período, a produção literal do território é proeminente, manifestada na colonização agrícola, na formulação de cidades, na migração populacional e no fomento à agricultura camponesa” (p. 59). Portanto, é a partir dessa perspectiva de uma formação territorial pautada na incorporação da prática agropecuária, com criação de núcleos urbanos, construção da rodovia e políticas de estímulo à migração, acompanhada de assentamento em lotes para abertura da floresta amazônica, que o Estado geriu a transformação de Rondônia, de um meio natural para um meio técnico (SANTOS, 2014; COSTA SILVA, 2014b), fragmentando a configuração espacial na incorporação à lógica global, metamorfoseando as condições e características locais, conforme as demandas externas (BECKER, 2015).

A atuação do Estado na fronteira amazônica não pode ser analisada apenas na perspectiva de uma distribuição de terras para os pioneiros, ou então como uma colonização agrária, como se tenta apontar na narrativa oficial, mas através da compreensão do cumprimento de seu papel na gestão territorial, de forma a propiciar o avanço do capital a essa região. A política de reorganização territorial em Rondônia perpassa pela capacidade de integração através da rodovia BR-364, a partir da década de 1970, facilitando o movimento migratório para a região, conectando através da via terrestre a Amazônia ao Centro-Sul do país.

Inicialmente, foram criados dois Projetos de Colonização em Rondônia, no decorrer da década de 1970: o Projeto Integrado de Colonização - PIC e o Projeto de Assentamento Dirigido - PAD, onde o primeiro se voltava para o assentamento de famílias camponesas, em lotes de 100 hectares e que possuíam infraestrutura básica fornecida pelo Estado, através do Incra, como estradas e serviços de assistência técnica (SANTOS, 2001; SOUZA; PESSÔA, 2009); O segundo, estava destinado a agricultores mais experientes, voltados para uma atividade agropecuária mais comercial, com capacidade de trabalhar com créditos bancários, o que introduziria a atividade financeira e do capital na região, possuindo lotes que variavam de 250 a 1000 hectares, com suportes técnicos e sociais assumidos pela iniciativa privada (SANTOS, 2001; AMARAL, 2004; SOUZA; PESSÔA, 2009; SANTOS, 2021a).

A distribuição desses projetos de colonização, no decorrer do tempo, conforme suas áreas e municípios, são possíveis de serem observadas no “Quadro 1” abaixo.

Quadro 1. Projetos de Colonização em Rondônia (PIC/PAD), área de abrangência e quantidade de lotes distribuídos entre 1970/1978.

PROJETO	CRIAÇÃO	MUNICÍPIO(S)	ÁREA EM HA	LOTES
PIC				
Ouro Preto	1970	Ouro Preto D'Oeste e Ji-Paraná	512.585	4.222
Sidney Girão	1971	Guajará-Mirim	60.000	635
Ji-Paraná	1972	Cacoal, Presidente Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste.	486.137	4.755
Paulo de Assis Ribeiro	1973	Colorado D'Oeste	293.580	3.533
Adolph Rohl	1975	Jaru	407.219	3.406
PAD				
Burareiro	1974	Ariquemes	304.925	1.540
Marechal Dutra	1978	Ariquemes	490.178	4.675

Fonte: elaborado pelo autor com base em Santos (2001) e Binsztok (2006).

O fluxo migratório foi tão elevado nesse período, que o acompanhamento e planejamento estatal na colonização e assentamento foi se ampliando, conforme se nota no quadro acima, onde o Estado precisou abrir e criar projetos com o passar do tempo. Apesar disso, ainda não conseguia atender a crescente demanda por terras, sendo obrigado a criar projetos de colonização, conforme aponta Becker (2015, p. 404):

A pressão popular foi tal que, em contrapartida, o Estado se adaptou recorrendo à criação de novos projetos de colonização, novas escalas de gestão e formas novas de assentamento, cada vez em menores lotes, com menor investimento estatal, e sempre a reboque do povoamento, apenas retificando a ocupação.

Os novos projetos apontados por Becker (2015) correspondem aos Projetos de Assentamento Rápido - PAR, que a partir de 1980, passam a assentar cada vez mais camponeses, em lotes com máximo de 50 hectares, sem nenhuma assistência do Estado (SOUZA; PESSÔA, 2009), atendendo cerca de 23 mil famílias que já aguardavam o acesso à terra (SANTOS, 2001). A consequência é uma ampla fragmentação do espaço rondoniense, que com o passar dos anos, após o início da colonização na região e que, apesar do assentamento de milhares de famílias no transcorrer da década de 1970, representou amplo impacto ambiental e uma transformação na característica de ocupação amazônica.

Portanto, o que se tem no decorrer dos primeiros 15 anos de colonização dirigida e “espontânea” em Rondônia, entre 1970 e 1985, é um acelerado processo de derrubada da floresta, incorporação de áreas de pastagens, ocupação populacional através dos assentamentos rurais oficiais, assim como a incorporação de grileiros e posseiros, resultando em conflitos pela posse da terra e a configuração de uma contrarreforma agrária (FEARNSIDE, 1989; AMARAL, 2004; SOUZA; PESSÔA, 2009).

Diante desse cenário, a ampliação da fronteira agropecuária, com os projetos de integração do governo militar, resultou em acelerada transformação socioespacial de Rondônia, ampliando de 2 para 52 municípios, em um período de cerca de 25 anos (1970-1995). Além disso, para entender a intensa migração e ocupação da fronteira, os dados disponibilizados na “Tabela 1” evidenciam a elevada explosão demográfica.

Tabela 1. População total, urbana e rural em Rondônia (1960/2022).

	TOTAL	URBANA	RURAL	% URB.	% RUR.
1960	70.783	30.842	39.941	43,57	56,43
1970	116.620	60.541	56.079	51,91	48,09
1980	503.125	239.436	263.689	47,59	52,41
1991	1.130.874	658.172	472.702	58,20	41,80
2000	1.379.787	884.523	495.264	64,11	35,89
2010	1.562.409	1.149.180	413.229	73,55	26,45
2022*	1.616.379	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2022). (*) Os dados de 2022 não apresentam detalhamento entre urbano e rural por se tratar de dados preliminares do Censo.

O que se verifica, com os dados apresentados, é um elevado incremento demográfico em Rondônia já a partir de 1960, mas evidenciado, sobretudo, entre 1970 e 1991, quando em duas décadas a população aumentou em 869%, um efetivo de mais de 1 milhão de pessoas. Para se ter noção do aumento, entre os anos de 1980 e 1991, apenas uma década, houve maior aumento populacional em Rondônia, do que entre 1991 e 2022, três décadas acumuladas.

Essa expansão da fronteira em Rondônia representou, até a década de 1980, certo equilíbrio entre a população urbana e rural no estado. Porém, a partir de 1991, o contingente urbano passa a predominar e ampliar década a década sobre o total de pessoas que vivem no meio rural, evidenciando o esgotamento da fronteira e dos projetos de colonização, restando aos novos migrantes a instalação nas cidades, o que fomentou o setor de comércio e serviços nos novos centros urbanos do estado (SANTOS, 2021a).

Diante desse cenário brevemente apresentado, temos a formação socioespacial de Rondônia, fomentado pelo projeto de colonização dirigida do governo federal. O resultado evidenciado é a ampliação da fronteira econômica, a introdução de objetos técnicos de infraestrutura ao espaço para atrair novas pessoas e investimentos à região e a fragmentação do território, que passa de uma lógica de subsistência e comércio local, para uma lógica econômica, voltada ao mercado global, integrando agricultores familiares que buscam acesso à terra e subsistência, agricultores empresariais que se expandem para a Amazônia, além de grileiros e posseiros, intensificando a especulação por terra e os conflitos agrários em Rondônia.

Por fim, a estrutura agrária resultante destes projetos é a formação de um espaço rural com predomínio de estabelecimentos familiares, totalizando 74.329, cerca de 81% do total no Estado, mas que ocupam apenas 3.480.247 hectares, cerca de 37,7% da área

total (IBGE, 2017). Portanto, a agricultura familiar apesar de ocupar menor área no contexto estadual, apresenta dinamicidade em relação a adoção de inovações tecnológicas para produzir, além de representar a efetiva ocupação e uso do território.

Territorialidades e espacialidades produtivas da agropecuária em Rondônia

O contexto histórico da formação socioespacial de Rondônia perpassa por amplas ações de exploração econômica em seu território, conforme apontado anteriormente. A partir dessas expedições, ocorreram marcações territoriais colonizadoras, que efetivavam características produtivas e incorporação do mercado na região.

Consoante às incursões econômico-extrativistas praticadas no passar dos anos no estado, novas territorialidades se formaram e passaram a criar e reorganizar novos espaços resultantes das atividades desenvolvidas, conforme apontam Abrão, Briskievicz e Meira (2013), sobre a territorialidade.

[...] o conjunto das múltiplas territorialidades que constituem o território historicamente, o configuram a fim de (re)organizá-lo espacotemporalmente, conforme as novas relações de poder e as novas formas e objetos materializados (p. 89).

Nesse sentido, as múltiplas territorialidades que compõem Rondônia, em seus diversos ciclos econômicos, resultam em um espaço complexo, com constante incorporação de objetos para atender as demandas econômicas, como o caso da instalação da EFMM ou a Linha Telegráfica no início do século XX, servindo de ponto de partida para uma integração regional ao restante do país, ou seja, uma incipiente formação de redes.

Acompanhando essa formação territorial de Rondônia, fluxos migratórios e ciclos econômicos foram fundamentais para a abertura de estradas e formação de vilarejos, que posteriormente à colonização dirigida, se tornaram cidades, estruturando o espaço rondoniense e fomentando a possibilidade de novos usos do território, não apenas para extração ou subsistência. Assim, com os projetos de integração e colonização do governo federal, passa a predominar em Rondônia a atividade agropecuária e a formação de cidades (COSTA SILVA, 2012) e posteriormente, com a Hidrovia no rio Madeira, a ampliação das dinâmicas do agronegócio globalizado (COSTA SILVA, 2014a; 2014b).

Os dados abaixo, na “Figura 1”, apontam a evolução da produção agrícola em Rondônia, a partir de 1970 até o último Censo Agropecuário, em 2017.

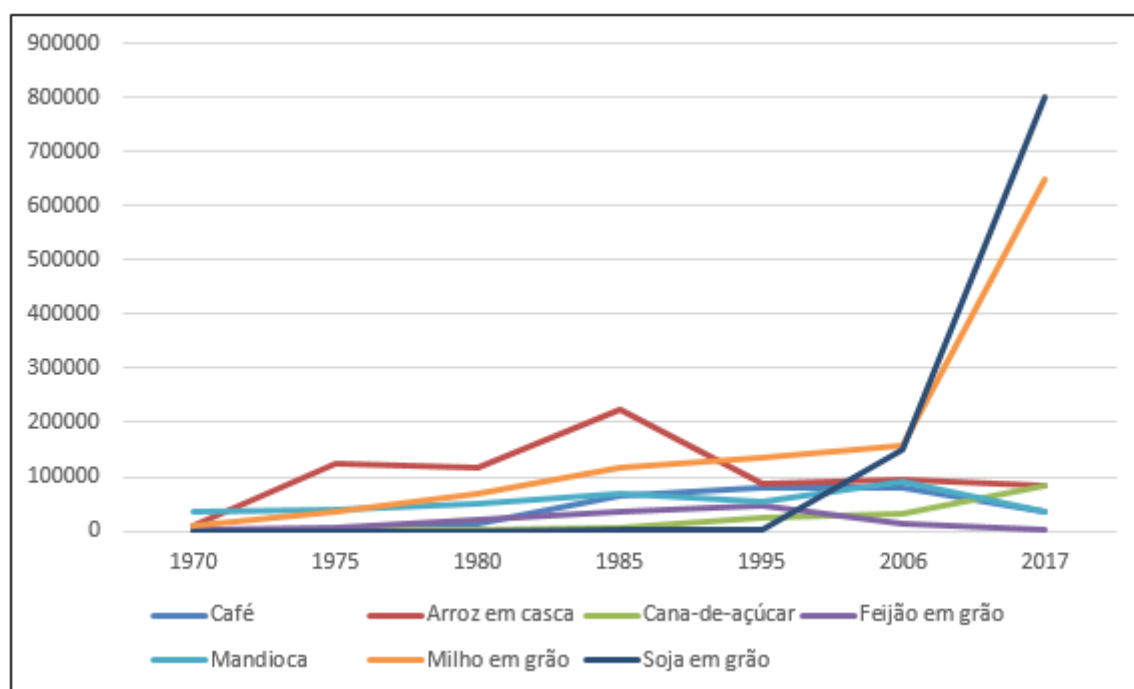


Figura 1. Produção agropecuária em Rondônia (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017). Fonte: IBGE (2017).

O que se identifica a partir dos dados de produção agrícola em Rondônia, a partir de 1970, é a consolidação da territorialização dos agricultores familiares, refletidas nos produtos cultivados por estes. Percebe-se nos dados apresentados, que até o ano de 1995, predominavam produções de alimentos no espaço rural rondoniense, como mandioca, arroz, milho, feijão, café e após 1985 a incorporação da cana-de-açúcar. Esta era uma prática específica da agricultura familiar recém assentada e que buscava a incorporação de culturas agrícolas para sua subsistência e atendimento às demandas do mercado local que se formara.

Essa territorialidade, expressa através da atividade produtiva, demarca os territórios resultantes dos projetos de colonização e entregues aos agricultores familiares em Rondônia, caracterizado a partir das relações destes agentes territoriais com o meio em que passam a viver (MOREIRA; MEDEIROS, 2013).

No contexto histórico apresentado no gráfico, percebe-se que a incorporação da produção de soja no estado ocorre após 1995, quando começa a se estruturar a incorporação técnico-científica, refletida na introdução de objetos fixos e fluxos ao espaço, evidenciado a partir da espacialização da hidrovía Madeira-Amazonas (COSTA SILVA, 2014b).

Por se tratar de uma área recém incorporada à dinâmica produtivista, a lógica do capital globalizado se territorializa apenas após a formação de uma rede logística que possibilitasse sua relação ao mercado internacional, antes disso, as práticas desenvolvidas pelos latifundiários estavam da marcação e ocupação da fronteira através da abertura das terras para pastagem e a pecuária, impondo ao espaço,

formas e conteúdos (SANTOS, 2014) diferentes da lógica adotada pela agricultura familiar.

Os dados da “Figura 2”, a seguir, nos permitem uma análise de como ocorreu a evolução da atividade pecuária em Rondônia, a partir de 1970.

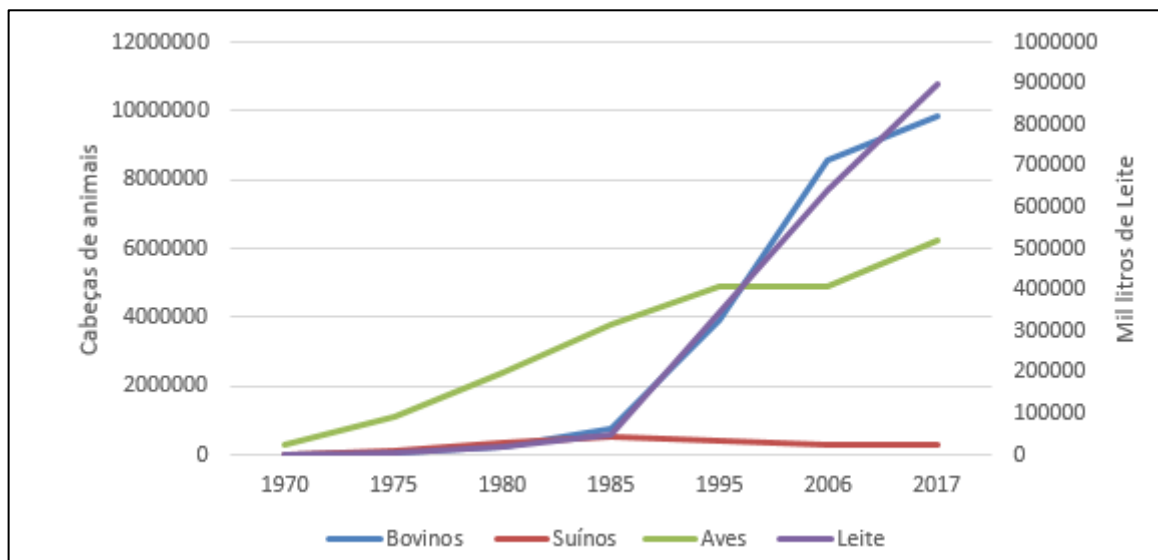


Figura 2. Efetivo de cabeças animais e produção de leite (mil litros) em Rondônia (1970/1975/1980/1985/1995/2006/2017). Fonte: IBGE (2017).

Em relação ao contexto da incorporação pecuária em Rondônia, verifica-se que a criação de aves está em constante crescimento desde a introdução dos projetos de colonização, presentes, sobretudo, em estabelecimentos familiares para atendimento das necessidades de atendimento à demanda por proteína animal. Como se tratava de abertura de uma nova área, havia uma dinâmica que marcava este processo, conforme apontado abaixo.

Dessa forma, o processo do desmatamento adquiriu a seguinte característica: forte expansão da fronteira agrícola, por meio da ocupação das terras virgens, a extração da madeira-de-lei para limpeza da área, a instalação da pecuária, e por fim, atividade agropecuária (PEIXOTO, 2008, *apud* TABORDA, 2015, p. 23).

Conforme apontado por Peixoto (2008), a dinâmica adotada pelos latifundiários era de desmatar e introduzir a pecuária bovina como forma de manutenção da terra recebida ou até mesmo grilada. Esta pecuária bovina também era adotada pela agricultura familiar, mas apenas para consumo. A partir de 1985, com a intensificação das pressões ambientais, amplia-se a criação pecuária bovina, e também a produção de leite no estado, atividade prioritariamente da agricultura familiar.

O contexto apresentado, demonstra a diferença na forma de ocupação e uso do território entre a agricultura familiar e o latifundiário, evidenciando não se tratar de uma simples diferenciação entre o tamanho dos estabelecimentos ou pela forma de

condução, mas na relação destes com a terra. Enquanto os agricultores familiares buscavam terra para se reproduzirem socialmente, criando um vínculo com estas, ampliando a diversidade de produtos para manutenção de sua existência, os latifundiários definiam suas ações conforme os interesses da extração de renda da terra, investindo efetivamente na agropecuária após a intervenção estatal na tecnificação do espaço regional a partir de infraestrutura para introdução do mercado globalizado (COSTA SILVA, 2014a; 2014b).

Assim, forma-se em Rondônia territorialidades dinâmicas, conforme o contexto histórico da ocupação, aliado às condições geomorfológicas do território e o interesse do capital no uso do território, conforme demonstrado a seguir na figura 3.

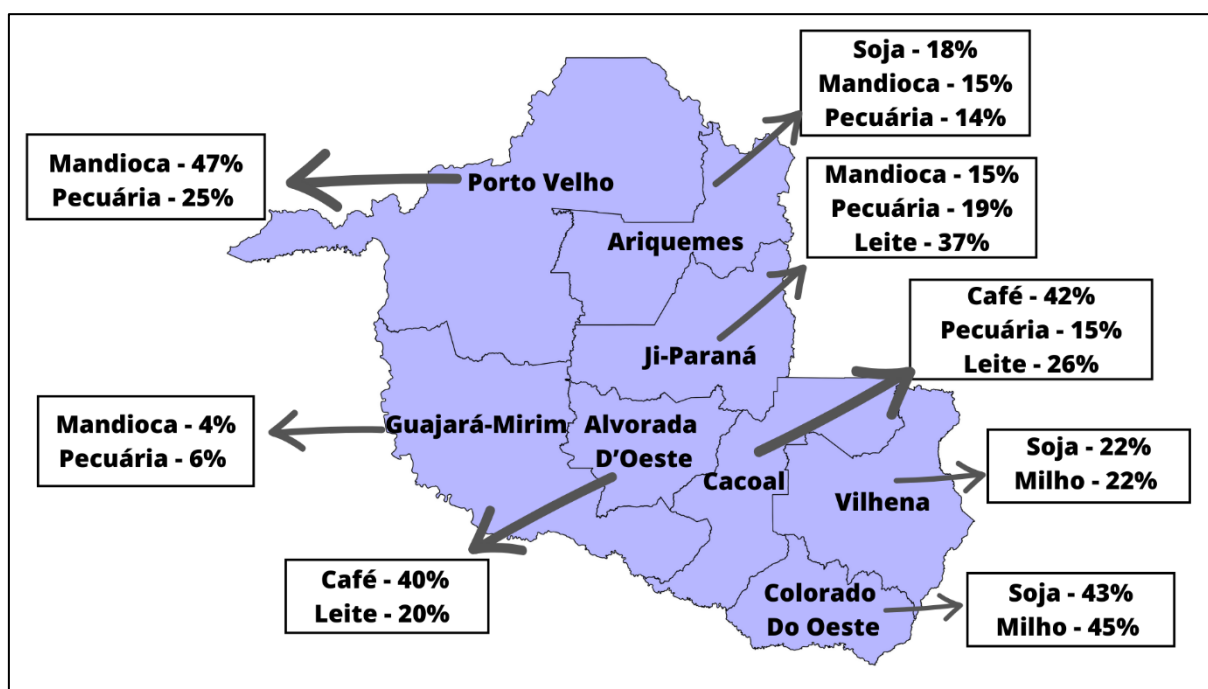


Figura 3. Territorialidades produtivas por microrregiões de Rondônia conforme o percentual em relação a produção total do Estado. Fonte: IBGE (2021a; 2021b) Org.: o autor.

Conforme demonstrado na figura 3 acima, configura-se em Rondônia algumas territorialidades produtivas, marcadas pela predominância de atividades específicas em algumas microrregiões. Os dados apresentados consideram as principais atividades agropecuárias do estado, considerando para cada microrregião (MR) as produções com maior percentual em relação a produção total.

Consoante a essa configuração territorial, marcada pelas diversas instâncias atuantes no espaço agrário rondoniense, atualmente as especialidades produtivas estão distribuídas territorialmente conforme algumas características naturais do espaço, bem como sociais, ou seja, com o avanço do capital agropecuário em Rondônia, espaços da pecuária estão sendo ocupados pela soja (desde que as características geomorfológicas sejam compatíveis), como ocorre na MR de Ariquemes. Por outro lado, a pecuária tem expandido sobre as áreas de preservação, sobretudo ao norte do estado, na região de União Bandeirantes, distrito de Porto Velho (COSTA SILVA;

MICHALSKI, 2021). A territorialidade da produção de grãos também está marcada na porção sul do estado, nas MR's de Vilhena e Colorado Do Oeste.

Já porção central do estado, onde houveram os principais PIC's no projeto de colonização, a agricultura familiar apresenta uma territorialidade marcada pela predominância de alguns produtos específicos, como café e pecuária de leite e corte, essa em seu estágio inicial, além da policultura característica deste grupo social. Já na porção mais a noroeste (MR's de Porto Velho e Guajará-Mirim), onde tem havido a expansão da fronteira interna, predomina a atividade da mandioca, com o avanço constante da pecuária.

Para evidenciar as principais atividades desenvolvidas pela agricultura familiar, apresentamos os dados do Censo Agropecuário 2017 na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Principais produtos da agricultura familiar em relação a quantidade produzida e valor bruto da produção e participação destas produções em relação ao total produzido em Rondônia (2017).

Produto	Quantidade Produzida		Valor Bruto da Produção	
	Toneladas	Participação em relação ao total	Em R\$ 1.000,00	Participação em relação ao total
Milho em grão (Toneladas)	32.144	5,0%	18.843	7,0%
Café (Toneladas)	32.071	90,4%	172.368	90,4%
Mandioca (Toneladas)	29.826	88,8%	41.455	90,4%
Soja em grão (Toneladas)	26.582	3,3%	24.608	3,2%
Pecuária (cabeças)	4.862.134	49,5%	1.279.287	33,9%
Leite (mil litros)	792.494	88,1%	630.949	88,0%

Fonte: IBGE (2017).

Tomando por base os dados do Censo Agropecuário 2017, verifica-se a predominância da produção agrícola da agricultura familiar em 4 produtos principais: milho, café, mandioca e soja, respectivamente. Porém, quando se verifica o percentual da participação da agricultura familiar em relação ao total produzido em Rondônia, percebe-se que a produção de milho e soja produzida por estes pequenos estabelecimentos, correspondem a pequena parte do todo, ou seja, é irrelevante a contribuição da agricultura familiar neste circuito produtivo, correspondendo uma sujeição da agricultura familiar aos interesses do capital ao produzir estas *commodities* (OLIVEIRA, 2007).

Por outro lado, quando se analisa os dados em relação à produção de café, verifica-se que, sendo o segundo principal produto da agricultura familiar, esta corresponde a 90,4% do total produzido, tanto em quantidade, como em valor bruto da produção. Desta forma, fica evidente a importante atuação desta atividade na economia dos agricultores familiares, bem como na própria economia estadual, conforme apontado

em Santos (2021a). Outro produto da agricultura familiar que se assemelha ao café, é a mandioca, que representa 88,8% da produção estadual por este grupo social, além de resultar em 90,4% do total do valor produzido.

Quando se analisa a participação da agricultura familiar na pecuária de corte e leite, percebe-se também a importante atuação, pois é responsável por 49,5% das cabeças de gado e 88% da produção de leite e do valor bruto da produção. Quando se analisa os dados da pecuária de corte, verifica-se importante atuação dos pequenos produtores nas etapas iniciais, por isso não se identifica no valor bruto da produção pecuária um percentual maior.

Portanto, tem-se configurado a partir das informações apresentadas neste tópico, que a agricultura familiar, herança do processo de colonização dirigida, criou suas territorialidades produtivas, resultantes da forma com que se estruturou no uso de seu território, diferenciando-se das lógicas produtivas do agronegócio latifundiário, que promovem a produção de commodities e fragmentam o espaço geográfico (OLIVEIRA, 2007; COSTA SILVA, 2016). Enquanto este se pauta em uma dinâmica de produção de exportação, o agricultor familiar, apesar de adequar-se a algumas atividades do mercado, mantém uma lógica produtiva característica da sua forma de reprodução social (HESPANHOL; COSTA, 2002; COSTA SILVA, 2016), apresentando certa especialização em algumas atividades específicas, que fomentam a formação de circuitos espaciais de produção como: café, mandioca e pecuária bovina de leite e corte, esta em sua etapa inicial.

Circuito Espacial de produção das principais atividades da Agricultura Familiar

A análise do circuito espacial de produção considera uma análise geográfica sobre a conformação espacial para atendimento de uma atividade específica, caracterizado por um conjunto de objetos técnicos fixos e fluxos (SANTOS, 1994; 2014). Com a incorporação de um mundo globalizado, os espaços tendem a compor a mesma lógica do capital internacional, fragmentando-se em especializações produtivas, que formam um mosaico territorial e complexo, formado por diversos agentes que atuam em variadas escalas (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Diante desta complexidade formada no espaço, o circuito espacial de produção caracteriza circulação dos produtos em suas etapas, desde o seu estágio primário até o consumo (BARRIOS, 1976; FREDERICO; CASTILLO, 2004). Como apontado anteriormente, atividades prioritariamente praticadas pela agricultura familiar em Rondônia têm alcançado importante participação em diversos mercados, fomentando a formação de circuitos espaciais de produção.

Cafeicultura

A cafeicultura em Rondônia tem alcançado elevados índices de produção, através da incorporação técnico-científica ao processo produtivo. Conforme apontado em Santos (2021a), desde 2010 a produção de café no estado tem adotado novas técnicas produtivas, tendo como principal marco o uso de cultivares clonais, que representam

melhores plantas com maior produtividade e resistência às condições edafoclimáticas, bem como às pragas da lavoura.

Com essa transição técnica, a produção de café se tornou a principal atividade agrícola da agricultura familiar em Rondônia, atraindo a participação de diversas instituições públicas e privadas, que formam um círculo de cooperação da atividade, buscando inovações e auxiliando os produtores do estado.

Dentre estes agentes que atuam na melhoria da cafeicultura em Rondônia, encontra-se: Governo do Estado, a partir da Secretaria de Estado da Agricultura e da Emater/RO; Embrapa/RO; Câmara Setorial do Café; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO campus Cacoal; Sebrae; Instituições Financeiras para crédito e empresas privadas de insumos agropecuários. Esse conjunto de instituições públicas e privadas, cada uma em sua área de atuação, contribui para que a ação do agricultor atenda às necessidades do mercado, promovendo um fluxo imaterial das normas e regras do circuito espacial de produção do café (FREDERICO; CASTILLO, 2004; SANTOS, 2021a).

A partir da atuação dos agentes do círculo de cooperação e a melhoria técnico-produtiva adotada pelos agricultores, amplia-se o circuito espacial de produção do café rondoniense, que de uma abrangência estadual, passa a participar de uma escala nacional e até mesmo internacional. Esta abrangência se dá com a instalação em Rondônia de escritórios de grandes empresas, atuantes no cenário internacional do café, como Louis Dreyfus Company, da França e Ollan Coffe, de Singapura, para citar apenas alguns, além de empresas locais que intermediam a comercialização entre o agricultor e as grandes torrefadoras nacionais (SANTOS, 2021a).

Nesse contexto, a cafeicultura em Rondônia participa do circuito espacial de produção através da produção agrícola do café, que após ser secado nos estabelecimentos ou em associações e cooperativas, são comercializados com o capital comercial, instalados nas áreas urbanas das cidades e posteriormente vendidos às principais torrefadoras nacionais, que estão localizadas principalmente no Centro-Sul do país. Neste movimento tradicional da comercialização do café estadual, o agricultor familiar fornece a matéria-prima que mantém a existência desse circuito espacial, porém é tido como um coadjuvante na comercialização, ficando subordinado às variações na cotação das sacas de café.

Apesar dessa condição, a modernização técnica do café rondoniense contribuiu para que novas perspectivas e possibilidades pudessem surgir, como a conquista do selo de Indicação Geográfica - IG, do tipo Denominação de Origem – DO “Matas de Rondônia – Robustas Amazônicas”. Este movimento também envolveu os agricultores familiares da Associação Caferon, localizada em Cacoal, em conjunto com os agentes do círculo de cooperação, representando uma singularidade no café produzido nesta região e, portanto, apresentando ao mercado um produto diferenciado do que já existia.

O grande diferencial deste produto com selo de DO representa o protagonismo do agricultor familiar no circuito espacial de produção, pois com sua especificidade no sabor, o valor pago pelo produto não sofre com as oscilações do mercado de

commodities. Toledo (2023) destaca que a IG para os cafés especiais, representa mais do que a valorização econômica, mas uma valorização social e cultural da localidade onde está inserida a produção. Neste cenário, forma-se um novo circuito espacial de produção do café em Rondônia, pois os intermediários do circuito são substituídos por um contato mais direto entre o agricultor e o comprador do café.

Mandioca

A cultura da mandioca rondoniense não apresenta tanta relevância em âmbito nacional. Porém, em se tratando de escala estadual, possui importância, sobretudo aos agricultores familiares, que são responsáveis por 90% de sua produção (IBGE, 2017). Por não representar grande valor produtivo em nível nacional, o circuito espacial de produção da mandioca apresenta uma característica mais regional, atendendo as demandas locais pelo produto, visto que seu consumo é elevado.

Para entender o circuito espacial de produção da mandioca, é preciso compreender suas características e seus subprodutos. A mandioca representa um produto de grande valor nutricional, tanto para humanos como para animais, podendo ser utilizada cozida (uso da raiz); goma de tapioca, polvilho, farinha, tucupi e fécula de mandioca (SMERALDI; SANTOS, 2021). Além disso, apesar de ela possuir diversas variedades de planta, que são divididas em dois grupos: 1) mandioca-mansa ou de mesa, também conhecida como macaxeira ou aipim, é comumente utilizada para cozimento da raiz, podendo ser comercializada de forma *in natura* ou descascada e congelada; 2) mandioca-brava ou de indústria, destinada a fabricação de farinhas, tucupi e gomas, além de outros possíveis usos (CUNHA e FARIAS NETO, 2014; MELO *et al.*, 2022).

Desta forma, identificamos dois circuitos espaciais de produção da mandioca, o primeiro mais curto e com menos atravessadores que pode ser resumido no seguinte trajeto: Produção nos estabelecimentos familiares e comercialização *in natura* nas feiras e comércios locais, ou então, após a produção, passa por agroindústrias familiares que descascam e congelam as raízes para serem comercializadas no comércio varejista local e/ou regional.

O segundo circuito identificado pode apresentar um caminho maior, pois envolve a produção de farinhas, gomas e féculas da mandioca. Neste segundo trajeto, a produção sai dos estabelecimentos familiares para agroindústrias, em sua maioria familiares ou cooperativas, onde serão produzidos os subprodutos (farinhas, féculas e gomas). Dessas indústrias, passam pelos atravessadores, que em muitos casos, principalmente em relação a farinha, acabam comprando sacas de 50kg do produto e ensacam para comercialização no comércio varejista (FERRONATO; ALVARENGA, 2016).

Em relação a este segundo circuito, ligado à produção de farinhas da mandioca, Ferronato e Alvarenga (2016) destacam a forte influência de farinhas oriundas dos estados do Paraná e Acre no mercado varejista de Rondônia, o que enfraquece a amplitude do produto rondoniense no mercado local. De toda forma, as possibilidades da melhoria desse mercado para os agricultores familiares passam pela verticalização nas agroindústrias, com maior agregação de valor aos produtores.

Pecuária Bovina – Corte e Leite

O desenvolvimento da pecuária bovina em Rondônia está ligado ao contexto do processo de colonização dirigida, organizada pelo governo federal, a partir das necessidades de ocupação e transformação do espaço, em que a floresta seria substituída pela prática agropecuária, para o fomento do mercado na expansão da fronteira.

De acordo com Batista (2014), a prática pecuária no início da colonização era desenvolvida por grileiros, que eram capitalizados e possuíam condição técnica de abrir grandes áreas de pastagens em meio à floresta. Os pequenos produtores assentados nos projetos oficiais, também abriam áreas de pastagens, como forma de atender aos requisitos de dar uso aos lotes recebidos, mas era um gado de baixa qualidade, que era criado para atender às necessidades do abastecimento interno local.

A pecuária se tornou importante atividade econômica praticada no espaço rural, sobretudo servindo como forma de expansão da fronteira no estado. A partir da introdução cada vez mais efetiva da soja no sul do estado, áreas onde predominavam a pecuária passaram a ser transformadas em lavouras de grãos para o agronegócio, assim, a pecuária se expande para novas áreas a serem abertas, contribuindo com a abertura da fronteira e o desmatamento (TABORDA, 2015; COSTA SILVA; MICHALSKI, 2021; PFEIFER *et al*, 2021; MICHALSKI; BORGES, 2022).

Como forma de compreender a evolução da prática pecuária em Rondônia, os dados da “Figura 4” demonstram a evolução do número de cabeças no estado, a partir de 1974.

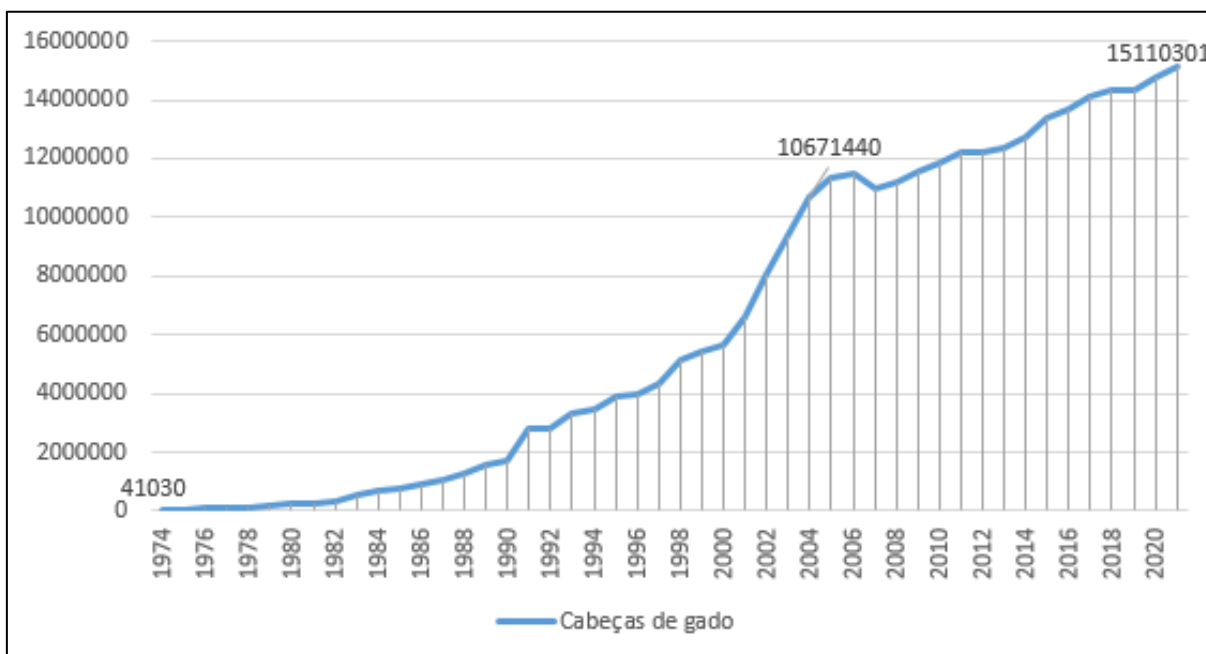


Figura 4. Número de cabeças de gado em Rondônia (1974-2021). Fonte: IBGE (2021a).

De acordo com as informações contidas no gráfico, Rondônia apresentou intenso incremento de número de cabeças de gado entre os anos de 1974 e 2021, conforme apontam os dados de Produção da Pecuária Municipal do IBGE. No decorrer deste período, apenas em meados dos anos 2000 que se identifica uma redução no efetivo de cabeças, correspondente a redução do preço da arroba e a necessidade de abate de fêmeas como forma de compensação, diminuindo assim a quantidade de novos nascimentos (TABORDA, 2015).

A atividade pecuária está dividida em diversos tipos de estabelecimentos agropecuários e em algumas etapas, sendo elas: cria, recria e engorda. A “Tabela 3” apresenta a distribuição do efetivo bovino de Rondônia conforme essas etapas e conforme a distribuição entre a agricultura familiar e não-familiar.

Tabela 3. Efetivo da pecuária bovina em Rondônia conforme as etapas do processo de criação, entre agricultura familiar, não-familiar e total e participação (%) de cada em relação ao total (2017).

	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar		Total
	Número de cabeças	Participação em relação ao total	Número de cabeças	Participação em relação ao total	Número de cabeças
Efetivo total	4.862.134	49,5%	4.964.883	50,5%	9.827.017
Em estab. com menos de 50 cabeças	793.089	87,7%	111.369	12,3%	904.458
Em estab. com mais de 50 cabeças	4.069.045	45,6%	4.853.514	54,4%	8.922.559
Vendas em estab. com menos de 50 cabeças	180.858	87,6%	25.544	12,4%	206.402
Vendas para cria, recria e engorda em estab. com mais de 50 cabeças	464.556	56,9%	352.470	43,1%	817.026
Vendas para abate	337.547	25,5%	987.749	74,5%	1.325.296

Fonte: IBGE (2017) Org.: o autor

Conforme se verifica nos dados apresentados, a agricultura familiar está efetivamente presente na pecuária de corte em Rondônia, com uma participação em quase 50% do rebanho bovino do estado. Além disso, os dados demonstram que a maior presença deste rebanho se efetiva em estabelecimentos com mais de 50 cabeças de gado, sendo que nesta divisão, a participação da agricultura familiar é de 45,6%, já em estabelecimentos com menos de 50 cabeças, este dado alcança 87,7%, ou seja, quando se analisa pequenos estabelecimentos em que não é possível um rebanho maior, o predomínio é de agricultores familiares atuando nesta etapa, desenvolvendo a cria do gado, já em estabelecimentos onde o rebanho ultrapassa as 50 cabeças, a disparidade não é tão grande entre o efetivo de estabelecimentos familiares e não-familiares.

Esta primeira análise, em relação às características dos estabelecimentos onde está presente a pecuária rondoniense, nos possibilita esta percepção da importância da agricultura familiar para a atividade estadual. Batista (2014) destaca que com a verticalização da atividade, a modernização e os níveis de exigência poderiam praticamente excluir o pequeno produtor da pecuária de corte, restringindo-os às

primeiras etapas, cria e recria, além da atividade leiteira. Apesar disso, os dados demonstram que quase metade do rebanho estadual está presente em estabelecimentos familiares.

Em relação ao destino das vendas de cabeças de gado dos estabelecimentos agropecuários, temos a confirmação do que Batista (2014) apontou em relação ao fim da atividade desenvolvida por cada grupo, pois quando se verifica a participação da agricultura familiar nas cabeças que são vendidas para as etapas de criação, como cria, recria ou engorda, esta corresponde a 56,9% das vendas, enquanto na venda para o abate, a participação da agricultura familiar é de apenas 25,5% do total, sendo esse o momento onde há maiores lucros (BATISTA, 2014).

Portanto, a relevante participação da agricultura familiar na atividade pecuária está voltada para as etapas iniciais do processo, por não demandar elevados incrementos tecnológicos, devido a prática da pecuária leiteira também estar centrada nos pequenos estabelecimentos, possibilitando uma atividade pecuária mista, conforme aponta Tabora (2015, p. 59):

Essa prática é característica de propriedades que ainda não se especializaram na produção leiteira, desenvolvendo uma pecuária mista, pois os bezerros machos são mantidos no rebanho e comercializados posteriormente como novilhos ou bois, representando importante fonte de renda, normalmente vista como poupança, que pode ser utilizada em momentos de dificuldade financeira, ou mesmo em investimentos (p. 59).

Assim, o pequeno produtor tem duas atividades importantes ligadas à pecuária: 1) atividade de corte, comercializando os bezerros machos como forma de um rendimento extra à sua atividade principal; 2) pecuária leiteira, que é a principal atuação do pequeno produtor. Dessa feita, o que se verifica, é que a atuação da agricultura familiar no circuito espacial de produção da pecuária de corte, ocorre na etapa inicial, fornecendo animais para grandes produtores, que terão espaço em seus estabelecimentos para realizar as etapas de recria e engorda, para então venderem aos frigoríficos, que por sua vez abastecem o mercado interno e externo, conforme apontamos na “Figura 5”.

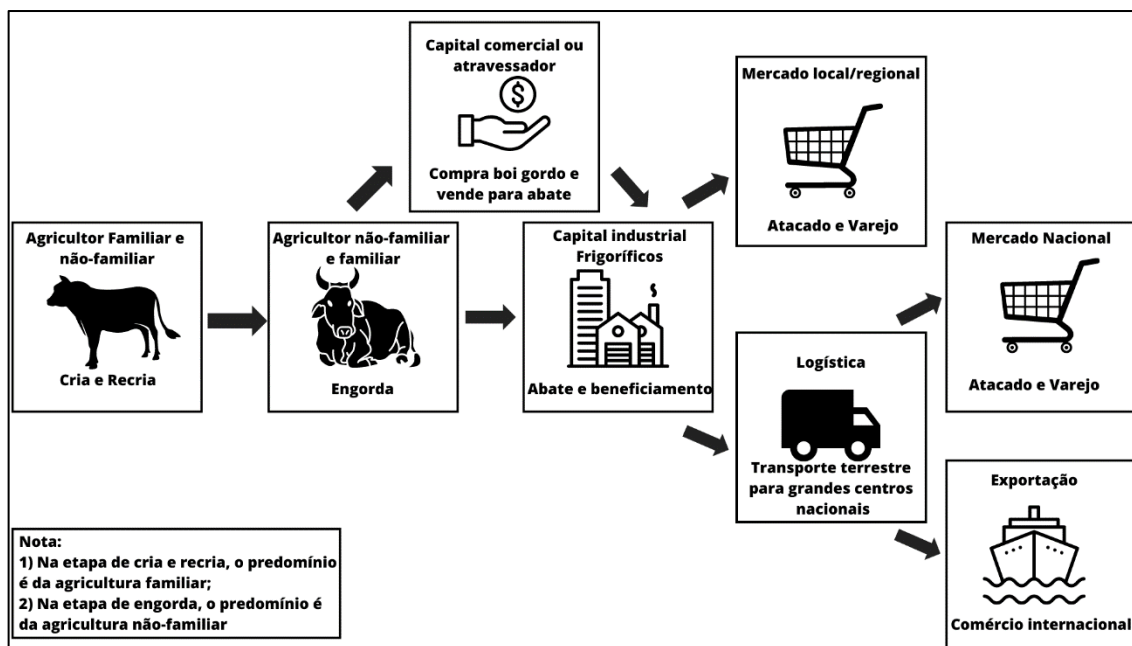


Figura 5. Circuito Espacial de produção da pecuária de corte em Rondônia com a participação da agricultura familiar. Fonte: trabalho de campo. Org.: o autor.

Em relação à pecuária leiteira, Rondônia se destaca como principal produtor da região norte, com 741.053 mil litros em 2021 (IBGE, 2021a). Além disso, os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que 88% dessa produção estadual é proveniente de pequenos estabelecimentos familiares (IBGE, 2017). Assim, a produção de leite é responsável por importante parte da renda das famílias que adotam esta atividade.

Apesar disso, alguns estudos têm demonstrado a necessidade de melhoria técnica da atividade no estado, como manejo e sanidade do animal, melhoramento genético e qualidade do leite (BRITO *et al*, 2013), mas também o melhor conhecimento técnico por parte dos agricultores (SALMAN, *et al*, 2012). Taborda (2015) também destaca a necessidade de melhoria genética do rebanho, enquanto Dias (2008) aponta a falta de definição de um padrão genético do rebanho bovino.

O apontamento de necessidade de melhoria genética do rebanho se define pela utilização de uma pecuária mista nos pequenos estabelecimentos. Nesse caso, não se especializando da pecuária leiteira, mas tendo o leite como uma renda principal e a cria para o corte, como uma alternativa financeira (TABORDA, 2015; SOUZA, AMIN; GOMES, 2009). Nessa situação, o uso de uma raça de gado que não possua aptidão leiteira, reduz a quantidade produzida, conforme apontam os estudos de Salman *et al* (2012), em que o rebanho estudado não possui boa produtividade, devido à baixa aptidão leiteira.

Diante da necessidade de melhorias técnicas nas atividades leiteiras, o círculo de cooperação, sobretudo a Secretaria de Agricultura do Estado – SEAGRI, tem desenvolvido projetos de melhoria genética, com insumos para inseminação artificial e ampliação de rebanhos aptos à atividade leiteira, fomentando a melhoria da qualidade e quantidade do leite produzido em Rondônia.

Outro aspecto de tentativa de melhorias ao produtor é a criação do Conselho Paritário de Produtores e Industriais de Leite do Estado de Rondônia – CONSELEITE/RO, com a representatividade dos envolvidos na produção e indústria do leite, atuando na definição de uma base estadual para o preço pago pelo leite, de forma que o agricultor familiar não fique sujeito aos interesses do capital industrial.

Apesar dessas movimentações do círculo de cooperação, o agricultor familiar, que é o principal fornecedor para a existência deste circuito espacial de produção, acaba não conseguindo obter retorno tão elevado, ainda mais aqueles que estão distantes dos laticínios presentes no Estado, pois esta distância também é um fator que define o preço pago pelo litro de leite, o que resulta em não especialização deste produtor e na manutenção da atividade mista, como forma de obtenção de outros rendimentos. Além disso, a diversidade de formas de obter renda é uma característica do agricultor familiar.

Portanto, o circuito espacial de produção do leite em Rondônia é fomentado principalmente pelo agricultor familiar, nas regiões conhecidas como bacia leiteira, que compreende a porção central do Estado, sobretudo nos municípios de Jaru e Ouro Preto do Oeste, que concentram a maior quantidade de laticínios. Apesar desta característica regional, com a expansão da fronteira agrícola interna em Rondônia, em direção ao Noroeste do estado, a atividade leiteira tem acompanhado este movimento, como se verifica na “Figura 6”, a seguir.

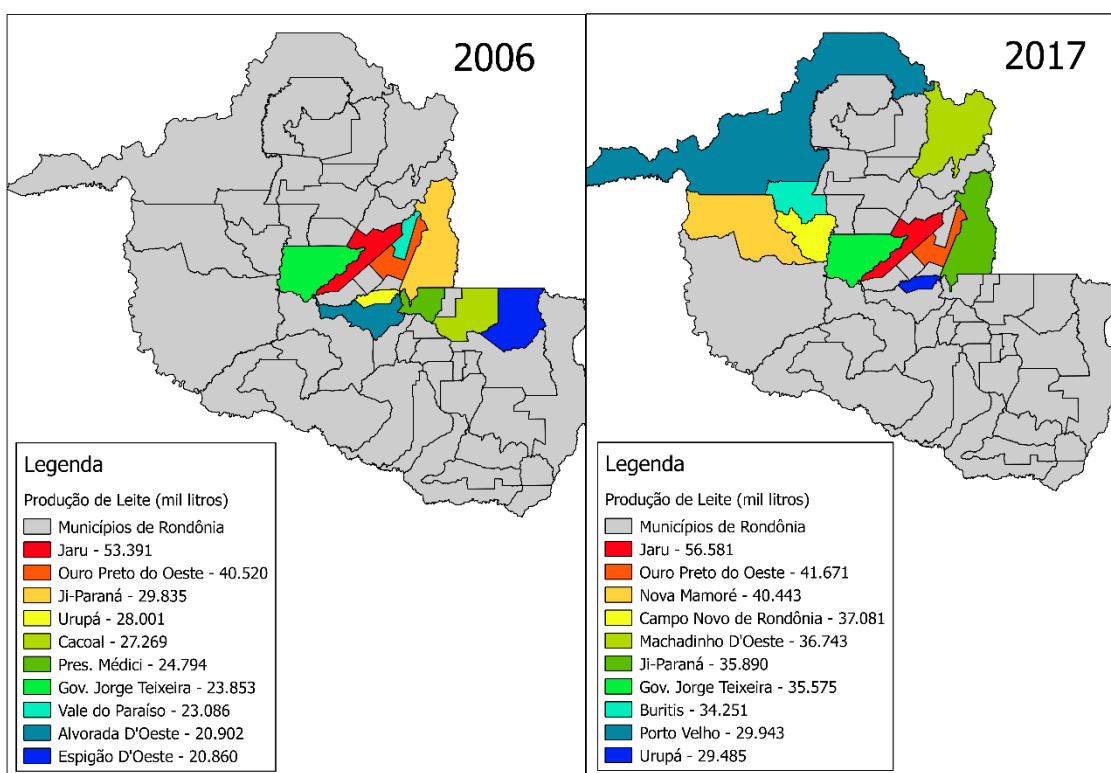


Figura 6. Dez principais municípios produtores de leite entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. Fonte: IBGE (2017). Org.: o autor Elaborado com Qgis.

Percebe-se, a partir dos dados presentes na figura acima, que no Censo Agropecuário de 2006 a concentração da atividade leiteira era muito maior do que é observado em 2017 e, com esta alteração da espacialidade da atividade, os demais agentes do circuito espacial de produção necessitam de uma adaptação, alterando sua localização e instalando-se nas novas regiões de produção, ou então melhorando sua logística, que refletirá na questão econômica da atividade, tanto para o agricultor como para a indústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme buscamos apresentar nesse trabalho, o grande efetivo da agricultura familiar em Rondônia é fruto dos projetos de colonização dirigida, criados pelo Governo Federal na década de 1970 e que tiveram por objetivo ampliar a fronteira sobre a floresta amazônica, criando territorialidades novas e modificando as características do meio através da instalação de objetos fixos e fluxos (SANTOS, 2014; COSTA SILVA, 2014b).

A partir desta metamorfose do espaço amazônico, sobretudo em Rondônia, que é o foco de análise do trabalho, as dinâmicas produtivas e econômicas se alteram para atendimento das demandas do mercado, que atualmente são tratados como agronegócios. Apesar do uso de tal termo, o que se tem é uma atuação importante da agricultura familiar em diversas áreas, que fomentam a economia estadual, contribuindo para a formação de circuitos espaciais de produção em diversas escalas.

O agricultor familiar rondoniense tem demonstrado capacidade de adaptação técnica-produtiva, possibilitando o atendimento das demandas do mercado interno para a subsistência, bem como na participação de circuitos em maiores escalas, representando ganhos não apenas econômicos, mas também valorização social e cultural da região onde está inserido.

Portanto, fica evidente a diferenciação conceitual da agricultura familiar, em relação ao agronegócio, pois esta não se resume a atividade produtiva em si, mas na sua forma de organização socioeconômica. A agricultura familiar representa um agente do espaço rural com capacidade de adequar-se às inovações técnicas, ampliar a produção e produtividade, até mesmo apresentar certo grau de especialização produtiva, fomentando circuitos espaciais de produção, porém a sua relação com a terra e sua reprodução social, se diferenciam da lógica do agronegócio, pois apresentam demandas específicas na forma de uso do território.

Não pretendemos, com esse trabalho, esgotar a temática ou aprofundar o conhecimento dos circuitos espaciais de produção da agricultura familiar. Porém, destacamos suas participações dentro dos circuitos do café, mandioca e pecuárias de corte e leite. Esta diversidade representada por estes quatro produtos, demonstra a capacidade da agricultura familiar em diversificar e especializar em pequenos estabelecimentos rurais, dando vida ao campo e valorizando o espaço rural.

CONTRIBUIÇÕES DO AUTOR

Concepção: Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Metodologia:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Pesquisa:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Recursos:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Preparação de dados:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Escrita do artigo:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. O autor leu e concorda com a versão publicada do manuscrito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, pela autorização para cursarmos o doutorado no PPGG/UNIR; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de doutorado; e à Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERÓ), pelo financiamento de projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. A. A.; BRISKIEVICZ, M.; MEIRA, S. G. Territorialidade e Temporalidade. *In: SAQUET, M. A. (org.). Estudos territoriais na ciência geográfica.* São Paulo: Outras expressões, 2013. p. 75-90.

AMARAL, J. **Mata Virgem:** Terra Prostituta. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

BARRIOS, S. Dinámica Social y espacio. **CENDES**, Caracas: Universidade de Venezuela, 1976.

BATISTA, J. F. **A evolução da pecuária bovina em Rondônia e sua influência sobre a configuração territorial e a paisagem.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36885> Acesso em: 26 jun. 2023.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira – uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. *In: VIEIRA, I. C. G. (org.). As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*, v.3, ed. 1, Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 373-410.

BINSZTOK, J. Agricultura familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 02, n. 1, p. 22 – 33, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/14> Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, p. 1, Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 12 jan. 2020.

BRITO, L. G. *et al.* Perfil da pecuária leiteira em Rondônia. In: Congresso Internacional do Leite, 12; Workshop de políticas públicas, 12; Simpósio de sustentabilidade da atividade leiteira, 13, 2013, Porto Velho. **Anais [...]**. Porto Velho, Embrapa, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/93631/1/Resumo-Perfil-Pecuaria-RO-Final-2.pdf> Acesso em: 11 jul. 2023.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n.3, v. 22, dez. 2010, p. 461-474. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>

CONTINI, E. *et al.* Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, v. 15, 2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/> Acesso em: 27 nov. 2023.

COSTA SILVA, R. G. Das margens do madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970 – 1995). In: SILVA, A. de A.; SILVA, M. das G. S. N.; COSTA SILVA, R. G. (orgs.). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 58-82.

COSTA SILVA, R. G. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/84534/87447/118619> Acesso em: 22 set. 2015.

COSTA SILVA, R. G. Espaço, Sociedade e Natureza em Rondônia. **GeoAmazônia**, Belém, v. 1, n. 2, p. 144-165, 2014b. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/geo.v2i03.12405>

COSTA SILVA, R. G. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: FERREIRA, G. H. C. (org.). **Geografia agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 333-354.

COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A. A caminho do norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). In: COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A.; SANTOS, T. R. S. (orgs.). **Geografias de Rondônia: território, fronteira e educação**, Porto Velho: Temática editora e PPGG/UNIR, 2021. p. 71-102.

CUNHA, E. F. M.; FARIAS NETO, J. T. Melhoramento Genético da mandioca para o estado do Pará. In: MODESTO JÚNIOR, M. de S.; ALVES, R. N. B. (orgs.). **Cultura da Mandioca: Apostila**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, p. 45-52, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/112346/1/Apostila-Mandioca.pdf> Acesso em: 17 jun. 2023.

DIAS, A. de A. **A participação da atividade leiteira na geração de renda na agricultura familiar do município de Presidente Médici(RO)**. 2008. 94 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2008. Disponível em: https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/712/1/Ademilson%20de%20A.%20Dias_Participa%3%a7%3%a3o%20da%20atividade%20leiteira.pdf Acesso em: 15 jun. 2023.

FEARNSIDE, P. M. **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1989/A%20Ocupacao%20Humana%20de%20Rondonia.pdf Acesso em: 28 mar. 2023.

FERNANDES, B. M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária - ABRA**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 41-55, 2014.

FERREIRA, M. M. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. *In*: SILVA, A. de A.; SILVA, M. das G. S. N.; COSTA SILVA, R. G. (orgs.). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 31-57.

FERRONATO, M. L.; ALVARENGA, F. R. P. (col.). Cadeias produtivas da sociobiodiversidade no Centro-Sul de Rondônia. *In*: PACHECO, W. L. **Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade para negócios sustentáveis na região Centro-Sul de Rondônia**. Porto Velho: Ecam, 2016, p. 76-116. Disponível em: <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Vis%3%a3o-Estrat%3%a9gica-RO1.pdf> Acesso em: 17 jun. 2023.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Grifos – Unochapecó**, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 74-93, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5919> Acesso em: 20 set. 2023.

FREDERICO, S; CASTILLO, R. Circuito Espacial Produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Revista ciência geográfica**, Bauru, n. 3, v. 10, p. 236-241, 2004.

GONÇALVES, J. S. Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas. **Informações econômicas**, São Paulo, n. 7, v. 34, p. 41-44, jul. 2004. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/seto1-0704.pdf> Acesso em: 27 nov. 2023.

HESPANHOL, R. A. M.; COSTA, V. M. H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. *In*: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (orgs.). **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, p. 157-172, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário.** 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> Acesso em: 15 fev. 2023.

IBGE. **Censo demográfico,** 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/censo-demografico-2022> Acesso em: 15 jul. 2023.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal.** 2021a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2021> Acesso em: 12 out. 2022.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> Acesso em: 10 fev. 2023.

KAGEYAMA, A. A. Rural e ruralidade. In: **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 15-49.

MELO, C. J. M.; *et al.* A cadeia produtiva familiar da mandioca em Rondônia: contextualização, desafios e perspectivas com a adoção do cooperativismo. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 9, n. 13, p. 313-328, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2968/4283> Acesso em: 15 abr. 2023.

MICHALSKI, A.; BORGES, L. R. M. A geografia das fronteiras no município de Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo e os reflexos da negligência da gestão territorial do Estado de Rondônia. **Ambientes: Revista de geografia e ecologia política**, Francisco Beltrão, v. 4, n. 2, p. 71-144, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v4i2.29919>

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOREIRA, V. S.; MEDEIROS, R. M. V. Reflexões sobre o território e a territorialidade para compreender o despertar de um movimento social. In: SAQUET, M. A. (org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica.** São Paulo: Outras expressões, 2013. p. 245-266.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, J. A.; BACCARIN, J. G.; FERREIRA, D. A. de O. A fragmentação da agricultura familiar: e o processo de construção de políticas públicas. Encontro da Rede de Estudos Agrários, 5, 2015, Alfenas. **Anais [...].** Alfenas: Unifal, 2015, p. 131-140. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/wp-content/uploads/sites/140/2021/05/jonatannea131-140.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no mundo e no Brasil: descentralização, privatização e financiamento,** 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/agenda-legislativa/capitulo-4-extensao-rural-no-mundo->

[e-no-brasil-descentralizacao-privatizacao-e-financiamento/view](#) Acesso em: 07 abr. 2015.

PFEIFER, L. F. M. *et al.* Caracterização da pecuária em Rondônia. In: SALMAN, A. K. D.; SCHILINDWEIN, J. A.; PFEIFER, L. F. M. (orgs.). **Avanços da pecuária na Amazônia: pesquisas em desenvolvimento regional em Rondônia**. Porto Velho: Edufro, 2021, p. 10-37. DOI: <https://doi.org/10.47209/978-65-87539-56-0>

POMPÉIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

SALMAN, A. K. D. *et al.* **Caracterização das unidades de produção familiar participante do projeto silvopastoril em Rondônia**. Circular técnica 126, Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/960447/caracterizacao-das-unidades-de-producao-familiar-participante-do-projeto-silvapastoril-em-rondonia> Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 7 reimp. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, T. R. S. **Geografia do café em Rondônia: análise do circuito espacial e dos círculos de cooperação em Cacoal/RO**. Curitiba: Appris, 2021a.

SANTOS, T. R. S. Agricultura familiar e agronegócio em Rondônia, uma distinção necessários. **Geographia Opportuno Tempore**, n. 1, v. 7, p. 135-148, 2021b. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/44817/0> Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, E. V. M.; HESPANHOL, R. A. de M. As múltiplas leituras do Espaço Rural. **Acta Geográfica**, Boa Vista, ed. Especial Geografia agrária, p. 81-101, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1955> Acesso em: 28 set. 2023.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabalho, n. 145. Grupo de Trabalho: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013. Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf Acesso em: 27 ago. 2020.

SMERALDI, R.; SANTOS, M. Mandioca: entre subsistência e negócio. **Amazônia 2030**, n. 19, nov. 2021. DOI: <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed19>

SOUZA, M. M. O. de; PESSÔA, V. L. S. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In: Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 5, 2009, Campo Grande. **Anais[...]** Campo Grande: UFMS, 2009. Disponível em:

http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf
Acesso em: 31 mar. de 2016.

SOUZA, M. P.; AMIN, M. M.; GOMES, S. T. Agronegócio leite: características da cadeia produtiva do estado de Rondônia. **Revista de administração e negócios da Amazônia – RARA**, Porto Velho, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/4> Acesso em: 11 jul. 2023.

TABORDA, J. M. M. **Desenvolvimento da pecuária bovina no estado de Rondônia: contextualização histórica e indicadores zootécnicos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e meio ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2237> Acesso em: 12 abr. 2023.

TOLEDO, E. F. T. Uma aproximação conceitual entre a geografia e a indicação geográfica: o exemplo das IGs na Cafeicultura. **Ciência geográfica**, Bauru, v. 27, n. 3, p. 1952 – 1986, jan./dez., 2023. DOI: <https://doi.org/10.57243/26755122.XXVII3009>

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reinvidicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105#:~:text=realizada%20pelos%20movimentos%20sociais%20rurais,rural%20ou%20retomo%20%C3%A0%20terra>. Acesso em: 09 ago. 2022.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0